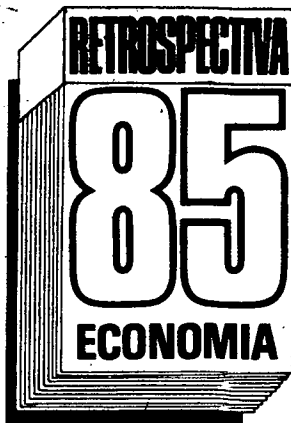


A economia vai bem e, agora, o povo não vai mal

Inflação é recorde, mas o País retoma crescimento e não pune assalariado. Resta esperar os efeitos

EDUARDO BRITO
Editor de Economia



Sob vários aspectos, a economia brasileira de 1985 se mostra diametralmente oposta à de 1984. Toda a população se lança febrilmente às compras de Natal, sem aquele terrível medo da recessão e do desemprego. A produção de carros, de eletrodomésticos se esgota e o mesmo ocorre com o arroz e o feijão. Dona Ana Maria Jul, aquela do FMI, não põe mais seus pés por aqui, deixando o País sem um de seus mais badalados sonhos femininos, mas também sem um de seus mais temidos espantalhos econômicos. O Brasil cresce, de novo.

Os 7,8 por cento ou 8 por cento de crescimento constituem o indicio mais visível o bem-estar dos brasileiros. Aparentemente, eles se traduzem em uma elevação correspondente no way of life. Diferentemente do que se passava nas

épocas de Médici, o povo não vai mal para que o País vá bem. Gasta-se mais na classe média, a indústria não se queixa, o comércio vai muito bem, a agricultura chora a seca mas tem como se recuperar. Até se come mais.

Só que a inflação é recorde, constituindo o mais preocupante número do primeiro ano do governo Sarney. Ela, não se esqueça, representa o mais forte fator de corrosão dos salários. E foi, nela embutido, que sur-

tiu a medida mais deletéria para a credibilidade da Nova República, a troca do índice usado para a correção de capital e de salários, do IGP para o IPCA. Algo que nem o ex-Ministro Delfim Netto fez. Apesar disso, o ano fechou em 233 por cento, um recorde nacional.

Mas os porta-vozes do governo estão certos ao lembrar que, diferentemente de outros recordes inflacionários do passado, este se alcançou sem recessão, sem desemprego. Com todo o mundo melhor. Não houve uma política salarial rapace, nem golpes fortes nos lucros das empresas. Nem escândalos novos, além dos que já vinham do passado. Houve porém um pacote, que diferentemente dos demais obtive a aprovação do Congresso. Ele se pretende um Robin Hood, capaz de tirar dos ricos para dar aos pobres. Mas no ano que agora começa é que se saberá se fará isso ou outra coisa.

JANEIRO:

— Delfim Netto diz que o Brasil tem tudo para crescer mas confessa fracasso na luta contra a inflação. Galvêes chega a admitir 15%. Delfim, então, autoriza a SEAP a reequilibrar no controle de preços do governo os setores que consideram estar aumentando exageradamente os preços.

— Afonso Celso — Pastore retoma renegociação da dívida com Comitê de Assessoramento dos bancos e diz que não há prazo para fechar o acordo. Poucos dias depois, admite que o mesmo estará concluído antes do Colégio Eleitoral e volta atrás mais uma vez, prometendo que Tancredo Neves assumirá com um problema a menos, ou seja, a dívida renegociada.

— Superávit de caixa do Tesouro não alcança os Cr\$ 9 trilhões prometidos ao FMI. Fica em Cr\$ 7,6 trilhões. Em compensação, a balança comercial acusou superávit de US\$ 13,068 bilhões em 84. A expansão monetária, que havia crescido 37,8% em dezembro passado, também fica muito distante da meta prometida ao FMI: 247,9%, enquanto não poderia passar dos 95%.

— A herança da Velha República começa a ser contabilizada: a Aliança Democrática assumirá com inflação de 240%; casa própria ameaçada de reajuste da ordem de 260%; e inflação estimada em 11,9% em março.

— Tancredo, eleito, diz a mais de 400 jornalistas que os escândalos financeiros serão rigorosamente punidos, o trabalhador não será mais sacrificado, a dívida será paga com dinheiro e não com miséria e o crescimento será aliado com o fim da carestia. Promete, em suma, austeridade nos gastos públicos, programa de obras sociais, estímulo à construção civil; redução da emissão de títulos da dívida pública ao indispensável, mais crédito para setores que gerem mais empregos e reforma tributária. Também surpreende com pior novidade: salários não subirão mais que inflação.

FEVEREIRO:

— Devassa na Sunamam: Inquérito instaurado pelo ministro dos Transportes, Cloraldino Severo, decide ouvir ex-dirigentes sobre dívidas dos estaleiros. Paulo Ferraz, dono do Mauá, se mata, envolvendo numa dívida de US\$ 299 milhões.

— Pastore, enfim, fecha acordo com credores: paga US\$ 43,5 bi em 16 anos, com spread (taxa de risco) de 1,125% para 70% da dívida, sendo os outros 30% com taxas de 1,25%.

— Reajuste da casa própria será acertado de comum acordo com os mutuários, segundo promessa de assessores do Presidente eleito.

— IBGE anuncia INPC recorde em janeiro: 13,95%. A inflação ficou em 12,6% e o superávit da balança comercial em US\$ 570 milhões.

— Mailson Nóbrega, interino da Fazenda, anuncia 80% de corte nas despesas do governo até a posse de Tancredo.

— Governo intervém no Sulbrasileiro, 13º banco do país, com cerca de 400 agências. Depois intervém também no Habitasul, com Cr\$ 120 bi de passivo a descoberto. Pastore considera encerrado ciclo das intervenções.

— Credores suspendem renegociação da dívida externa, ao serem alertados pelo FMI de que o Brasil não está cumprindo as metas acertadas.

— FGV troca índice de Custo da construção Civil no RJ pelo Índice Nacional da Construção Civil e baixa para 11% a previsão de inflação para fevereiro.

— TFR causa reviravolta no SFH, ao decidir que a prestação da casa própria deve ter por base a variação do INPC e não da UPC.

MARÇO:

— PIB cresceu, em termos reais, 4,4% em 84, com aumento de 1,8% da renda per capita. Dívida externa alcançou US\$ 102,44 bi em dez/84, devendo crescer 2,3% em 85, chegando a US\$ 104,84 bi.

— Começam estudos para renegociação da dívida com proposta do futuro presidente do BC, Antônio Carlos Lemgruber, de multilateralização dos juros.

— Futuro ministro do Planejamento, João Sayad, diz que combate à inflação não terá efeitos imediatos.

— Superávit de fevereiro, US\$ 541 milhões, é considerado "sofritivo" pelo diretor da Cacex, Carlos Viacava.

— BC teme que FMI, para conter impeto desenvolvimentista do go-

verno Tancredo, endureça o jogo.

— Dornelles cria comissões para sanear finanças públicas e pede luta sem trégua contra inflação. Política salarial, avisa, não muda já.

— Seplan divulga 110 páginas sobre a política econômica do governo Figueiredo. Testamento prevê crescimento de 3,8% do PIB em 85. Sugere que recursos novos não devem ser obtidos a qualquer custo no exterior.

— Pazzianotto diz que diálogo para o pacto deve começar com a valorização do trabalho e do trabalhador.

— Primeiro sinal de austeridade: Sayad anuncia congelamento de 10% do orçamento fiscal — Cr\$ 8 tri 62 bi.

— Waldir Pires prevê que déficit da Previdência poderá ir a Cr\$ 8 trilhões até o fim do ano.

— Sai o 1º pacote da Nova República: 6 medidas para arrochar o setor público.

— CIP amplia controle sobre preços.

— Correção monetária muda para atacar especulação: cálculo agora será pela média da inflação de três meses.

— CUT e Conclat serão legalizadas, anuncia Pazzianotto.

— Governo decide cobrir rombo (Cr\$ 900 bi) e estatizar Sulbrasileiro.

— Herança da Velha República é contabilizada pela Nova. Sayad comunica a Sarney rombo de Cr\$ 20 tri.

ABRIL:

— Decretada greve geral em São Paulo.

— Brasil exportará mais cereais. Construção de postos na Coreia e no Japão tornarão mais competitivos os produtos agrícolas no mercado asiático.

— Indeferido pedido de prisão preventiva contra Mário Garnero, presidente do Brasilinvest, acusado, com outros diretores, de um golpe de Cr\$ 1 trilhão no mercado de capitais. Lyra reage prometendo mudar a legislação para punir crimes populares.

— Sarney pede a Dornelles providências administrativas e penais contra dirigentes do Sulbrasileiro.

— Homem de confiança de Olavo Setúbal, Sérgio de Freitas, é demitido por Sarney da direção da Área Externa do BC. Assume em seu lugar o chefe do Departamento de Operações Internas, Carlos Eduardo de Freitas. Segundo o BC, a demissão foi por "motivos pessoais"; segundo o Ministério da Fazenda, "razões administrativas". Na verdade, Dornelles fica mais forte no comando da renegociação da dívida externa.

— Relator da Comissão de Justiça da Câmara vota contra projeto de injeção de Cr\$ 900 bi em bancos gaúchos.

MAIO:

— Governo aprova cédula de Cr\$ 100 mil e anuncia intenção de tirar três zeros do cruzeiro.

— Sarney anuncia com pompa reajuste de 112% do INPC para o salário mínimo, que passa a Cr\$ 333,120. Ainda assim, Lula considera novo salário decepcionante, lembrando que DIEESE aponta como sendo de Cr\$ 987,830 a remuneração mínima necessária ao trabalhador.

— Lançado programa de emergência, com Cr\$ 12,9 tri para alimentos, empregos, Nordeste e recuperação das áreas nordestinas atingidas pelas chuvas.

— Dornelles, na Câmara, diz que governo emitirá mais e gastará menos. A redução dos gastos públicos, assegura, será de Cr\$ 37,7 trilhões. Congresso ganha mais espaço na discussão da política econô-

mica e pode até decidir sobre o reajuste da casa própria.

— Superávit de abril foi o mais alto do ano: US\$ 1 bi.

— Aprovado na Câmara, por acordo de lideranças, o projeto de estatização do Sulbrasileiro e do Habitasul, que renasce com o nome de Banco Meridional do Brasil, com capital inicial de Cr\$ 1,6 tri, tendo a União que subscrever e integralizar Cr\$ 900 bilhões em ações.

— Aumento de impostos será última medida para cobrir déficit do Tesouro, diz Dornelles.

— Novo acordo com FMI exigirá metas menos rigorosas. Acerto "stand by" — para 12 ou 18 meses — substitui fórmula de 3 anos.

— Inadimplência no Sistema Financeiro da Habitação chega a 55%. Reajuste da casa própria deverá ser conforme salários.

— BC negocia com Auxiliar e Comind, após reconhecer crise liquidez dos dois bancos.

— Dornelles diz ao FMI que país não aceita a recessão, pois comprometeria a democracia.

— Chegam a Sarney estudos para novo PND contra a fome e o desemprego.

— Previsto aumento de 4% do PIB em 85.

— Dívida de empresas públicas e privadas que tomaram empréstimos no exterior e pagaram ao BC em cruzeiros obriga o banco a pagar Cr\$ 23 tri de juros este ano.

— TFR pede ao BC para provar que não foi por falta de fiscalização que a Coroa apresentou um rombo de Cr\$ 700 bi. Delfim e Galvêes são denunciados como incurso em crime de corrupção, passiva no caso Coroa-Brastel. Também Carlos Langoni é atingido.

JUNHO:

— Lemgruber: país obterá US\$ 26 bi (em 85) no exterior para zerar déficit do balanço de pagamento. Dinheiro, entretanto, sairá de fontes não-bancárias.

— BC decide aumentar compulsório de 14 bancos.

— CIP defende reajustes mensais para energia, água e telefone.

— Sai novo pacote tributário, que não inclui congelamento da tabela de IR de pessoa física. Arrecadação será de mais Cr\$ 20 tri nos próximos seis meses.

— Inflação de junho é igual à de maio: 7,8%, segundo a FGV.

JULHO:

— Seplan quer cortar Cr\$ 28 tri nos investimentos e custeio das estatais. Fazenda pretende Cr\$ 36 tri.

— Pacote para cobrir déficit público (Cr\$ 109 tri este ano) prevê Cr\$ 15 tri de corte nas estatais, fim dos subsídios, mais impostos, emissão de moeda e títulos da dívida pública. Mantida meta de 5% de crescimento.

— Para agradar ao FMI, tarifa sobe ao nível da inflação.

AGOSTO:

— Dornelles manifesta-se contra protecionismo norte-americano e apela ao secretário de Tesouro dos EUA em favor da indústria brasileira de calçados.

— Bancos privados dão à Previdência 72 horas para cobrir pagamentos quando não houver saldos.

— Nova política da Fazenda estimula Bolsas de Valores para capitalizar a empresa privada nacional.

— País importa 150 mil toneladas de sal, devido às chuvas do Nordeste.

— Presidente do Meridional, Sival Guazzelli, anuncia negociação da dívida com o governo — pagamento a longo ou médio prazo de 1,4 tri gastos na intervenção no Sulbrasileiro.

— Sarney demite interino da Fazenda, Sebastião Vital, que criti-

cou o governo. Titular, Francisco Dornelles, estava em Paris, negociando com o FMI.

— Sarney aceita demissão de Dornelles e nomeia o presidente do BNDES, Dilson Funaro, para seu lugar. Novo ministro anuncia metas: compatibilizar a queda dos juros com o crescimento social. Crescimento econômico mínimo de 5%.

— Depois de 4 meses, correção monetária volta a ser atrelada à inflação mensal. Além disso, governo congela preços.

— Inflação de agosto tem o mais alto índice já registrado pela FGV: 14%.

SETEMBRO:

— Reagan ameaça subsidiar exportações dos EUA para combater "práticas comerciais injustas".

— Funaro prega boicote nacional à carne bovina para forçar baixa nos preços.

— Sarney diz a George Bush que o Brasil deseja a interferência dos EUA para ajudar na renegociação da dívida com o FMI.

— Reforma tributária gera desentendimentos. Governo aceita reforma de emergência se houver aumento de IR. Municipalistas discordam, e o governo concorda em desatrelar as duas coisas.

OUTUBRO:

— FGTS liberado para casos de doença.

— Procurados da República, Alvaro Ribeiro Costa, quer Garnero na prisão.

— Governo faz acordo e mais uma vez dribla a reforma tributária. Proposta — 1% a mais no Fundo de Participação dos Municípios a partir de janeiro de 86 e transferência da TRU e ISTR aos estados e municípios — é acertado na última hora.

— Pacote a ser negociado com FMI prevê aumento de impostos (16,6%) e superávit operacional de Cr\$ 15 tri das estatais.

— Congresso aprova reforma tributária com alterações. Carros usados não pagarão mais imposto ao serem vendidos e estados menores terão mais verbas.

— Garnero acusa Dornelles e Lemgruber de perseguição pessoal por ação contra Brasilinvest.

NOVEMBRO:

— Projeto social (18 tri em 86) abranda aumento de impostos e facilita apoio político ao pacote econômico.

— Começa em São Paulo a maior greve da Nova República: 700 mil parados. Dura dois dias e é encerrada com 90,7% de aumento e redução da jornada de trabalho a partir de janeiro de 86.

— CUT e Conclat ganham assento no Conselho do INPC, junto a empresários e economistas, que passam a compô-lo com o governo.

— BC lidera bancos do compulsório no depósito a prazo. Medida em vigor a partir de janeiro/86.

— Sarney decreta intervenção e liquidação extrajudicial dos bancos Comind, Auxiliar e Maisonave. Prejuízo na praça foi de Cr\$ 6,8 tri. Deixaram, ainda, US\$ 162 milhões para BB saldar no exterior.

— Sarney manda novo pacote econômico ao Congresso. O Programa de Mudanças tem 14 decretos e 1 projeto de lei.

DEZEMBRO:

— Diretor do Banco do Japão admite incluir os juros na renegociação da dívida externa.

— Ulysses diz que governo poderá aprovar pacote por decreto-lei, mas Funaro nega e o Programa de Mudanças é votado em regime de urgência e aprovado com erros pelo Senado.

— BC anuncia a credores previsão de 7,7% de crescimento, com renda per capita sendo elevada a 4,4%. PIB de Cr\$ 1,329 quadrilhão e renda média do brasileiro a Cr\$ 9,87 milhões.

— Plano de Informática não passa pelo Senado. Aliança Democrática não reuniu número suficiente para aprová-lo.

— Presidente de Furnas pede economia de energia e alerta para ameaça de racionamento.

— Funaro admite. Inflação pode ser igual ou superior a de 84: 223,8%.

— CIP aumenta mais de 100 produtos.

— Governo decide impedir crescimento real dos salários.

— Grupo de Cartagena (11 países) forma clube de devedores para se contrapor ao cartel dos credores.

— CMN decide taxar mercado de bolsas.

— Funaro admite congelar preços e salários, se sociedade permitir.

Quem falou de economia

1 — "Se vou colocar o meu país no exterior numa posição assim tão humilhante, não estou à altura de ser o Presidente da República". (Tancredo Neves, negando que a viagem aos EUA sejam para pedir compreensão para as dificuldades brasileiras na renegociação da dívida externa — em 23.01).

2 — "O Brasil não tem problemas políticos com os EUA. Só econômicos". (Tancredo, em Washington).

3 — "O problema da dívida externa é da competência e responsabilidade do atual governo. Não me imiscuo; disso eu não participo". (Tancredo, após encontro secreto com Ernane Galvêes e Francisco Dornelles — em 23.01).

4 — "Mais rentável e menos perigoso que assaltar um banco será fundá-lo e afundá-lo". (Deputado Valmor Giavarina, relator da Comissão de Justiça da Câmara, ao votar contra o projeto de injeção de Cr\$ 900 bi no Sulbrasileiro e Habitasul).

5 — "Não podemos mais ter dessas surpresas". (Dilson Funaro, ao comentar o recorde de 14% de inflação em agosto).

6 — "Meus senhores, o governo Tancredo Neves vai dar certo". (Dornelles, um dia após a posse).

7 — "Nós somos homens que nos acostumamos a andar contra o vento". (Funaro, ao tomar posse no BNDES, em 16.03).

8 — "Este governo parece São João Batista: anuncia mas não é". (Almir Pazzianotto).